



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

CONVOCAÇÃO N° 4

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E GOVERNANÇA REGIONAL.

Data: 16/06/2021

Horário: 9:00 horas

Por videoconferência

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO:

2.1 – Apresentar e pactuar a alteração do cronograma de implantação do Planejamento Regional Integrado – PRI e a Implantação do Grupo de Trabalho Estadual do PRI. (SES E COSEMS)

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES falou que solicitou essa pauta em conjunto com o COSEMS para pactuar o cronograma do Planejamento Regional Integrado, assim explicou que todo o projeto já está acontecendo desde 01/03/2020 e finalizará até 30/03/2022. Comunicou que o projeto é dividido em 06 etapas e cada uma dessas etapas tem um prazo para cumprimento. Informou que a primeira etapa é o Fortalecimento Regional que começou em 04/05/2020 e vai até 30/07/2021, já a segunda etapa é a Elaboração da Análise de Situação de Saúde que vai de 15/06/2021 a 30/09/2021. Colocou que na terceira etapa é a Elaboração dos Planos Macrorregionais de Saúde que iniciou em 03/03/2021 e vai até 30/10/2021 e a quarta etapa é a Organização dos Pontos de Atenção da RAS eu há iniciou em 03/03/2021 até 12/11/2021. Acrescentou que a quinta etapa trata-se da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde (PGASS) que também iniciou em 03/03/2021 e vai até 30/03/2022 e, por último, a sexta etapa é o Fortalecimento da Governança nas macrorregiões que iniciou em 03/03/2021 e tem como término a data de 30/11/2021. Frisou que são essas datas apresentadas de início e fim que gostariam de pactuar. Falou que visando organizar melhor o trabalho entre as esferas, fizeram reuniões com os gestores municipais e solicitaram a composição do grupo de trabalho municipal que inclui do Gestor Municipal, o Coordenador de Planejamento do Município ou um interlocutor, caso o município não tenha a função de Coordenador de Planejamento e a Equipe Técnica quando necessário, assim quando a equipe técnica for acionada, ela fará parte do grupo de trabalho e participa das reuniões. Informou que também tem a composição do grupo de trabalho macrorregional que é composta dos Coordenadores Regionais, que serão acionados de acordo com as etapas e necessidade do processo; os Coordenadores de Apoio Regional que estão nas Superintendências que também serão acionados de acordo com as etapas e a necessidade do processo; Coordenadores de CIR; Apoio COSEMS e Apoio Ministério, sendo este o grupo Macrorregional. Apresentou a composição do grupo estadual, apenas por formalidade, pois já vem trabalhando há algum



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

tempo com esse grupo que é a Subsecretaria, as Superintendências, a CIB, CES, COSEMS-GO, SEINSF-GO.

Dra. Verônica – COSEMS/GO sugeriu em dar uma simplificada na indicação do PRI deste grupo sendo o mesmo que os gestores indicarem no Plano Municipal de Saúde nas reuniões que foi realizada nas macrorregiões.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES conformou que se trata do mesmo grupo.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS pontuou a questão do cronograma, colocando que mediante as prioridades e responsabilidades assumidas, acha necessário pactuar o cronograma com o objetivo de conseguir cumprir de fato com esse cronograma, e acredita que se não colocar prazo não há avanço. Acha que os prazos são necessários, mas também frisou que caso no decorrer dos trabalhos, observem que há a necessidade de repactuar algum prazo, também farão.

Dra. Verônica – COSEMS/GO concordou com a Dra. Jaqueline e acha importante considerar a realidade de cada local e acreditando que a pandemia estabilizará com a ampliação da vacina, começa voltar uma certa normalidade e regularidade nas discussões. Considerou que é importante agora cada região e macrorregião de saúde fazerem o cronograma local das discussões e das reuniões CIRs Macro, não esperando pautas específicas do grupo estadual para desenvolver estas discussões nas Regiões de Saúde. Orientou usar os espaços das CIR's normais e das CIR's Macro e dentro da Região de Saúde organizem um calendário e um cronograma para que depois não fiquem aquelas reuniões extensas envolvendo equipes técnicas de trabalho, para que os assuntos sejam tratados de forma pontual em reuniões rápidas onde todos conseguem participar e também resolver as demais ações nos municípios. Reiterou que haja um consenso entre as Regiões e os Municípios.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES lembrou a importância de se falar dos Grupos de Trabalho, porque as discussões da RAS, da PEGASS começarão e é preciso ter uma pessoa que esteja trabalhando desde o início e que tenha conhecimento de todo o processo. Ressaltou que é preciso ter pessoas como pontos focais para que eles possam conversar e articular estas discussões.

Dra. Lucélia – COSEMS/GO falou que todo este processo que está sendo disparado é muito novo, ressaltando que algo que tem sido muito discutido é a necessidade de que cada uma destas Comissões e que cada município dentro deste processo nas Regiões possam fazer uma Matriz de responsabilidade com aquilo que é comum para o conjunto das ações para não se perder no direcionamento.

Dr. Sérgio Nakamura-SMS Goiânia questionou sobre o cronograma que tem algumas datas limites, indagando para quais produtos são estas datas limites para que possa ser entendido quais são seus desafios.

Dra. Jaqueline – COSEMS esclareceu que é o projeto de fortalecimento Regional.

Dr. Sérgio Nakamura-SMS Goiânia disse que isto entendeu, questionou qual produto ele deve chegar em 30/03/2022.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES explicou que em 30/03/2022 deve-se chegar com a implantação do projeto nas Macrorregionais. Todas as etapas (da 1º a 6º etapa já terão acontecido).



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Sérgio Nakamura-SMS Goiânia questionou qual produto chegará em julho de 2021.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES disse que terá terminado a primeira etapa, que é o Projeto de Fortalecimento Regional (são as Lives que estão sendo feitas). Explicou que esta é a etapa, mas esta etapa se divide em várias outras fases do projeto. Para o Projeto de Fortalecimento Regional há fases e até concluir estas fases têm até 30/07/2021 (são Oficinas feitas com as Regionais, com as Superintendências e, com os municípios), esta etapa que está sendo feita agora de implantação da formação dos grupos de trabalho, tudo isto está nesta etapa de Fortalecimento Regional.

Dra. Lucélia – COSEMS/GO complementou que a proposta é que ao final se tenha um Plano Regional constituído para cada Macro com a identificação e a constituição dessas Redes nestas Macros, observou que é audacioso, mas a proposta (objetivo) final do projeto é de que ao final se tenha Planos Regionais Macros constituídos e elaborados e que tenha relação com os PAR de cada Rede e tenha toda uma correlação dentro do PRI.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES citou a programação geral das ações de serviço de saúde definida nas macrorregiões.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS Goiânia perguntou se até julho é o processo de sensibilização e formação, e finalizar o instrumento de coleta para diagnóstico.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES concordou e explicou que finalizando o instrumento de coleta passa para a segunda etapa que é análise de situação de saúde.

Dra. Kênia Rocha –Regional Central colocou que alguns gestores estão contactando a regional quanto ao encerramento do prazo para implementação do SPRI. Perguntou se o sistema fechará ou se podem continuar alimentando o SPRI.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES explicou que colocaram o prazo até aquele dia por conta da segunda etapa, que é a análise de situação de saúde, para que aconteça precisa bloquear as respostas por um tempo, porque não tem como fazer a análise dos dados se ainda estiver informando os dados no instrumento. Reforçou que como combinado o sistema fecha para as respostas até que se consiga elaborar a análise de situação de saúde, depois o instrumento volta a ficar aberto para as atualizações necessárias.

Dra. Kênia Rocha - Regional Central informou que na região central o que tem de resposta não dá para fazer análise de situação de saúde. Reforçou que naquela semana que conseguiram focar mais e estão se aproximando mais do sistema. Colocou que seria bom se pudesse ficar até sexta-feira com o sistema aberto.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES colocou que a decisão não depende só dela, tem toda uma equipe trabalhando junto. Perguntou se existe a possibilidade e se a equipe queria manifestar. Sugeriu para não perder o foco que falasse disso em outro momento.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS solicitou que ouvissem os secretários, que talvez possam deliberar algo e pactuar na CIB também o prazo para o fechamento do sistema. Disse que ninguém é insensível a situação a qual os gestores estão submetidos, a forte pressão, inúmeras demandas e vem tentando auxiliar na medida do possível, mas os prazos são necessários para que possam avançar. Disse que teve o primeiro prazo, que foi dilatado, teve um segundo prazo, que também foi dilatado, e estão no terceiro, e estão vendo a dificuldade.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Solicitou que ouçam os secretários para verem o que podem definir e que conste no cronograma o limite para inserção dos dados no sistema de coleta.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas falou que é importante a data, o prazo e cumprir isso de fato. Disse como representante dos municípios da região Central pedia uma prorrogação, que entende que já vem sendo prorrogado, mas a maior dificuldade é angariar dados passados, de anos anteriores, e sem estes dados não conseguiram cumprir a segunda etapa da elaboração da análise da situação de saúde. Acrescentou que fechando naquele dia, respondendo pelos municípios da região Central, mais de 90% não tem estes dados para subsidiar a análise. Finalizou dizendo com o compromisso de todos de cumprir o prazo que será proposto para pactuar, mas que pedia pelo menos uma semana seja estendida para que a região consiga apresentar algo contundente para ser analisado.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS perguntou à Patrícia se a sugestão é ampliar mais uma semana. Sugeriu que não fossem alteradas outras datas do cronograma e que amplie para mais 10 (dez) dias com o prazo máximo até sexta-feira da próxima semana e que isso conste na resolução da CIB. Disse ainda que o COSEMS não é insensível e acha a coleta dos dados importante para que os municípios elaborem seus planos municipais de saúde, servindo de subsídio para o plano. Falou que tudo estaria interligado e, considerando o prazo do plano municipal de saúde a ser deliberado, sugeriu o prazo de 25 de junho para o fechamento do sistema. Lembrou da importância dos gestores presentes na reunião verbalizarem suas opiniões, pois o GT é o espaço legítimo para essa discussão e negociação, afinal, nem a SES e nem o COSEMS definem isso sozinhos, mas através de consenso entre as partes.

Dra. Verônica – COSEMS/GO concordou com a Dra. Jaqueline, porém acha importante manter o prazo final até dia 30/09, justificando que sem organizar a região de saúde, será mais difícil. Portanto, concordou na ampliação do prazo para o preenchimento e aconselhou os colegas que deleguem às suas equipes, dividam os formulários para tentar conseguir os dados e também priorizar as respostas mais necessárias e urgentes, pois tem respostas que não batem com os dados. Reforçou que devem priorizar as informações mais importantes para a análise situacional, sendo as outras informações complementares, destacando que priorizando as informações chegarão mais próximo das informações mais necessárias.

Dr. Ricardo Nunes - GPI esclareceu as dúvidas dos gestores no Chat sobre o prazo e informou que ficou definido que será na próxima sexta-feira dia 25/06.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES concordou com o prazo.

Dr. Ricardo Nunes- GPI reiterou que é necessário sensibilizar bastante os gestores neste sentido e ressaltou que quaisquer dificuldades técnicas ou de dados que os gestores procurem os apoiadores, tanto do COSEMS quanto das regionais como também o nível central. Disse ainda que tem respondido vários questionamentos em relação aos dados e completou que todos devem priorizar isso para conseguir.

Dra. Simone – Subsecretaria de Saúde/SES disse que, a respeito do instrumento, foi colocada a questão de que todo mês tem que digitar novamente, assim esclareceu que houve um problema esse mês de junho com o instrumento, mas que a gerência de tecnologia já está tomando providências para que não aconteça novamente, frisando que não é necessário preencher tudo de novo. Falou que o preenchimento feito em maio não foi perdido, continua no instrumento e acrescentou que tudo será transportado para o mês de junho e de agora em



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

diante continuará fazendo isso. Reiterou que não é necessário preencher novamente. Os dados não foram perdidos e serão transportados para o mês seguinte.

Dr. Ricardo Nunes- GPI lembrou que essa situação pode ocorrer com o sistema que foi colocado para produção e continuou que se não houver objeção, será pactuado e definido o prazo até a próxima sexta-feira dia 25/06, para finalizar o preenchimento do SIS-PRI e também o encaminhamento da pauta para pactuação do cronograma de implementação do planejamento regional de saúde e do grupo de trabalho estadual.

Dra. Verônica – COSEMS/GO concordou.

2.2 – A Secretaria municipal de Perolândia solicita aumento de TETO, considerando que o limite atual se encontra incompatível com a produção de média e alta complexidade do município. (SMS – Perolândia)

Dra. Amanda – SMS Perolândia substituiu a Dra. Vanessa que teve de se ausentar e informou que Perolândia solicita o aumento de oferta de vagas, uma vez que os valores que estão recebendo encontram-se defasados há muito tempo, complementando que a produção anual dos últimos três anos é de mais de 180 mil (cento e oitenta mil reais) e o município recebeu 46 mil (quarenta e seis mil reais) ao ano. Disse que produzem uma média de 19 mil reais (dezenove mil reais) por mês e recebem em torno de 4 mil (quatro mil) reais. Comunicou que na última produção lançada, no mês de abril, tendo sido mais de R\$19.000,00 e, com a inauguração do novo ambulatório e os serviços oferecidos como ultrassom, Urologista, Cirurgião Geral, Clínico, o valor ficou defasado e estavam pedindo, com a ajuda da Regional, o auxílio para que pudessem pleitear um aumento do teto. Comunicou que não tinham a gestão plena do município, estando na dependência do Estado que era quem orçava para eles. Apresentou os procedimentos orçados detalhando os valores apresentados e o que tinha sido aprovado, exemplificando que em consulta médica estavam apresentando uma média de R\$6.000,00 e recebiam R\$1.700,00, o que não possibilitava nem o pagamento dos médicos, então estavam solicitando o último valor apresentado, de R\$19.000,00 uma vez que estavam recebendo R\$4.000,00. Mostrou que estavam recebendo um pouco mais de R\$7.000,00 relativo a prótese, mas era direto do programa Brasil Sorridente, em uma média de R\$3500,00 por mês.

Dr. Ricardo Nunes - GPI disse que precisavam saber o valor e perguntou se o recurso seria pleiteado junto ao Ministério da Saúde.

Dra. Amanda – SMS Perolândia disse ter solicitado o valor da produção do mês de abril de R\$19.183, 55.

Dr. Ricardo Nunes – GPI perguntou se este valor seria mensal a mais do que já recebiam.

Dra. Amanda – SMS Perolândia confirmou que seria mensal.

Dr. Ricardo Nunes – GPI perguntou se já tinham feito a revisão das pactuações da PPI do município.

Dra. Amanda – SMS Perolândia lembrou ter havido um problema com a PPI de Mineiros e informou que a Vanessa estava fazendo com a Rosângela.

Dr. Ricardo Nunes – GPI expôs que a Dra. Amanda estava fazendo o pedido de pauta e perguntou se alguém tinha algum questionamento ou dúvida.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Sérgio Nakamura - SMS Goiânia observou que era uma solicitação de aumento de teto para o Ministério, a gestão MAC sendo do Estado.

Dr. Ricardo Nunes – GPI confirmou que o município de Perolândia, ainda que tivesse assumido a gestão, a gestão dos estabelecimentos de média complexidade do município ainda estava com o Estado.

Dr. Sérgio Nakamura - SMS Goiânia completou que a solicitação deveria ser para o Estado.

Dr. Ricardo Nunes – GPI esclareceu que o deveria ser para o Ministério da Saúde porque que o teto era federal e que o estado não tinha teto MAC.

Dra. Amanda – SMS Perolândia disse que o Estado entregaria a gestão de todos os municípios.

Dr. Ricardo Nunes – GPI explicou que não seria entrega da gestão, mas um movimento de alinhamento com os gestores de municípios pequenos como Perolândia, que ainda tinham estabelecimentos como laboratório na gestão Estadual, mesmo tendo assinado o termo de gestão anteriormente, se haveria o interesse em assumir a gestão.

Dra. Aparecida – COSEMS opinou que a primeira atitude a ser tomada seria de analisar as programações do município, tendo entendido que a gestão seria no sentido de fazer o processamento das Unidades, e perguntou se o que o Estado fazia era apenas o faturamento.

Dr. Ricardo Nunes – GPI informou que o Estado não faz a gestão desses municípios, só o processamento está com o Estado. A gestão está com o município.

Dr. Sérgio Nakamura- SMS Goiânia sugeriu que como estão abrindo um laboratório novo para solicitar como ampliação de serviço.

Dra. Amanda – SMS Perolândia falou que mesmo assim precisa de um aumento no teto pois está baixo para a quantidade de serviço que oferece.

Dr. Sérgio Nakamura- SMS Goiânia falou que quando pedi alteração de teto é porque a produção está acima do teto ou ampliação de serviço, e toda vez que amplia serviço a ideia é buscar recurso federal, e independente da repactuação se estão ampliando serviço a justificativa para o aumento seja a ampliação de serviço.

Dra. Aparecida Rodrigues – COSEMS falou que tem que constar o custo que terá com o serviço mais o déficit, então tem que agregar estes dois valores, do déficit que tem hoje mais a previsão de gasto da unidade nova e lembrou que todos os cálculos são feitos per capita.

Dr. Ricardo Nunes – GPI falou novamente o que o Sérgio propôs é que o município faça a solicitação de recursos novos junto ao Ministério da Saúde considerando a implantação de serviço novo e faça a revisão da pactuação da PPI para aumentar o teto do município pois está ampliando atendimento.

Dra. Amanda – SMS Perolândia falou que ainda que consiga a ampliação do serviço estão produzindo de forma defasada pois produz quatro vezes o que recebe e por isso solicita este aumento.

Dr. Ricardo Nunes – GPI falou que a revisão da PPI será bem mais rápida do que solicitação de recurso novo.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Sérgio Nakamura- SMS Goiânia falou que o município precisa da revisão da PPI e aumento de teto.

Dra. Amanda – SMS Perolândia concordou, que além da revisão da PPI precisa deste aumento de teto.

Dr. Ricardo Nunes – GPI falou que é melhor fazer a revisão da PPI agora e depois pedir aumento de teto no Ministério.

Dra. Amanda – SMS Perolândia falou que está fazendo a revisão da PPI, mas, mesmo assim, é muito pouco a verba para Perolândia.

Dra. Rosângela – SMS Mineiros falou que o Estado tem que olhar com carinho a situação de Perolândia, é precisa que leve para CIB a pactuação de revisão do teto MAC. A revisão que fará no próximo ponto de pauta não tem recurso MAC de Perolândia em Mineiros, estão fazendo pactuação e não chegou a vir recurso MAC de Perolândia para Mineiros, então não tem recurso para voltar para o MAC. Solicitou a revisão do teto MAC e recursos para ampliação dos serviços ambulatoriais. Deixou claro que não tem recurso MAC de Perolândia em Mineiros. Sugeriu que o município de Perolândia pedisse a revisão de Teto MAC e recursos para ampliação dos serviços ambulatoriais nessa mesma pauta. Deixou claro que não tem recurso MAC de Perolândia em Mineiros e acredita que Perolândia deve ter muito pouco em Goiânia, apenas por abrangência.

Dr. Ricardo Nunes – GPI pediu para seguir a orientação de fazer a revisão da PPI de Perolândia, considerando tanto o que o município atenderá, quanto a implantação de novos serviços no Município, e a autorização de pactuação na CIB para que junto ao Ministério possa pleitear recursos novos, considerando também a memória de cálculo. Disse que precisariam fazer o ajuste para alinhar o texto da pauta.

Dra. Aparecida – COSEMS esclareceu que Perolândia tem pactuação com Mineiros, com Goiânia, com Jataí e com ela mesma de Ambulatório de referência, portanto ela pode negociar e buscar isso para o seu teto do que ela tem em Mineiros.

Dra. Rosângela – SMS Mineiros perguntou se é por abrangência ou de referência.

Dra. Aparecida Rodrigues- COSEMS, respondeu que é de referência

Dra. Rosângela – SMS Mineiros indagou se iniciou esse mês como de referência.

Dra. Aparecida Rodrigues - COSEMS esclareceu que é todo tempo de referência, não tendo mudança mais de ano, reforçando que Perolândia tem pactuação com Mineiros Jataí, com ela mesma e com Goiânia.

Dra. Rosângela – SMS Mineiros perguntou o valor que Perolândia tem de pactuação com Mineiros.

Dr. Ricardo Nunes – GPI respondeu que o valor é de R\$ 29.000 (vinte e nove mil reais) por ano.

Dra. Amanda – SMS Perolândia acha que foi a última alteração que fizeram.

Dra. Aparecida Rodrigues- COSEMS disse que na sua lista ambulatorial está o valor de R\$ 58.000 (cinquenta e oito mil).



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Amanda – SMS Perolândia acrescentou que na última reunião movimentou a PPI, fazendo essa alteração, desta forma tirou um pouco de Goiânia, jogou para Mineiros, subtraiu um pouco e mandou para Perolândia.

Dra. Aparecida Rodrigues- COSEMS afirmou ter R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil) com a própria Perolândia e com Mineiros, R\$ 29.000,00 (vinte nove mil).

Dr. Sérgio Nakamura- SMS Goiânia entrou o site do fundo para tirar sua dúvida sobre a gestão, assim anunciou que da gestão de Perolândia entrou em 2021 o valor de R\$ 900 (novecentos reais) e afirmou que esse dinheiro está em outra gestão ou com o Estado que tem de passar para o município.

Dra. Amanda – SMS Perolândia explicou que o Estado deposita na conta de Perolândia todo mês o MAC.

Dr. Sérgio Nakamura - SMS Goiânia falou então que não é só o processamento. Afirmando que a gestão do recurso está com o estado, assim acredita quem deve pedir aumento a Perolândia é o Estado, com base na justificativa de Perolândia.

Dra. Aparecida Rodrigues - COSEMS perguntou para o Dr. Ricardo o porquê do dinheiro está programado na PPI para Perolândia se o dinheiro está caindo no teto do Estado, disse que não entendeu, quis saber se houve alguma mudança.

Dr. Ricardo Nunes – GPI, falou que estão misturando os assuntos que pode estar atrapalhando o entendimento de todos, assim explicou que o município de Perolândia não assumiu a gestão dos seus estabelecimentos de média e alta complexidade. Disse que o município na época deixou isso com o estado, desta forma o estado faz todo o processamento da produção do município, com isso, o que a gestora do município, ainda que não assuma a gestão do MAC, ainda é o gestor. Complementou que tudo que a gestora faz de alteração na PPI do município, na revisão de pactuação, na solicitação de recurso novo que vem para o município, esse dinheiro é repassado para o fundo Nacional para o Fundo Estadual e o Fundo Estadual repassa esse dinheiro para o Fundo Municipal. Comunicou que tem alguns serviços que ainda que seja de média Alta complexidade, o fundo do Ministério faz esse repasse mesmo que o município não tenha assumido a gestão, repassando direto para o município. Esclarecendo que por isso Dr. Sérgio encontrou algo que está sendo passado direto para o município, mas afirmou que o município de Perolândia tem um teto da PPI dele que é programado para o município todo mês, onde é feito o repasse municipal, dizendo que esse é o fluxo. Acrescentou que quem faz a Gestão do município é o Gestor, colocando que se o gestor precisa de apoio do Estado neste sentido, o Estado apoia, podendo apoiar qualquer município, não estando vinculada a questão dos gestores.

Dra. Rosângela – SMS Mineiros indagou se é por esse motivo que não consegue enxergar o teto máximo ou não estou sabendo olhar.

Dr. Ricardo Nunes – GPI respondeu que provavelmente deve estar olhando no lugar ou relatório errado, explicou que se tirar a PPI de Mineiros, dos Municípios que se recebe a pactuação, ao conferir verá que tem pactuação com Perolândia de procedimentos Ambulatoriais por referência com valor de R\$ 29.000,00 (vinte nove mil) por ano.

Dr. Sérgio Nakamura - SMS Goiânia perguntou qual o valor do teto MAC atualmente de Perolândia, independente de onde está o dinheiro.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Ricardo Nunes – GPI ficou de pegar o documento.

Dra. Verônica - COSEMS deu como encaminhamento desta pauta que por parte do COSEMS não tem nenhuma objeção em relação a ampliação do Teto MAC de Perolândia. Falou para ser feito desta forma para a Dra. Amanda e a Lirce organizassem a redação da resolução e a Dra. Aparecida (COSEMS) e o Dr. Ricardo se reunissem por videoconferência, principalmente com Perolândia, para auxiliá-los e fazer as devidas alteração de PPI. Alertou a Dra. Amanda que Teto MAC está demorando anos quando chega ao município e acha importante que se faça essa revisão da PPI para que tenha o recurso de forma mais rápida no município. Comunicou que os últimos municípios do Estado de Goiás que solicitaram Teto MAC nos quatro últimos anos, exceto Goiânia e Aparecida recebeu algo bastante pontual, não recebendo o incremento MAC conforme solicitaram desde 2018 e sem recomposição de teto.

Dr. Sérgio Nakamura-SMS Goiânia complementou que recomposição de teto já faz quatro anos que não tem, embora tenha tido ampliação de serviço e pactuação de portaria.

Dra. Verônica- COSEMS colocou o COSEMS a disposição nesse sentido e fez o pactuou a recomposição de Teto.

Dr. Ricardo Nunes – GPI falou que atualmente o teto anual do município é de 59.686 (cinquenta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis) reais. Solicitou para que o município ajustasse o Teto da pauta antes de ir para a CIB.

Dra. Amanda – SMS Perolândia entende a complexidade do aumento do Teto, mas acredita que fazer a revisão da PPI não tem muito o que revisar e que o valor total da PPI por ano de Perolândia é de R\$ 101.000 (cento e um mil reais). Comparou que revisar a PPI é igual a ficar relocando muito recurso dentro do município de Perolândia, assim acredita que os pacientes não terão suporte em Goiânia e nem em Mineiros. Deixou claro que Perolândia não tem muito recurso comparado a outros municípios com o mesmo tamanho de Perolândia e reforçou que todo o dinheiro da PPI é de R\$ 101.000 (cento e um mil reais). Disse que foi solicitado para Perolândia fazer uma revisão, alocando melhor o recurso, no entanto afirmou que não está tendo esse recurso para fazer essa alocação, por isso solicitam o Teto MAC, mesmo sabendo que é complexo e difícil conseguir. Disse que estão tentando oferecer para os seus munícipes uma melhor qualidade dos serviços. Informou que o município é muito pequeno, atualmente conta com um aparelho de ultrassom, fazendo em média 80 ultrassons mensais, considerando muito pela capacidade do município e reafirmou seu pedido de aumento do Teto.

Dr. Ricardo Nunes – GPI reafirmou para Dra. Amanda que ficou bem reintegrado a necessidade que ela apresentou.

Dra. Aparecida Rodrigues - COSEMS falou que o Teto de Perolândia não está diferente dos demais municípios do mesmo tamanho deste município. Acha que tem de pedir mesmo o aumento de Teto, não tendo nada que impeça a solicitação frente ao Ministério, desta forma considerou que o número de habitantes de Perolândia está na média dos demais com sua população. Comunicou que a saída é a revisão da PPI de Perolândia dentro da sua capacidade instalada e assim poderiam marcar uma reunião via zoom, onde poderia ajudar em orientar o jeito mais fácil possível para não desassistir o paciente, seja em Goiânia, Mineiros ou Perolândia. Colocou que a chance de revisão com base somente nos dados de porte do município está igual e não tem previsão quando o ministério a fará, seja de forma isolada ou não.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.3 – Alteração da Programação Pactuada Integrada (PPI) dos Procedimentos Densitometria Óssea dos municípios de Campinorte, Mara Rosa, Niquelândia e Uruaçu, com a realocação de recursos do município de Anápolis para o Município de Uruaçu, conforme Resolução nº 0007/2021 da CIR Serra da Mesa. (SMS Campinorte, Mara Rosa, Niquelândia e Uruaçu).

Dr. Josimar – SMS Uruaçu disse que a pauta já resume sua solicitação, explicando que tem um prestador de densitometria óssea no município de Uruaçu que é polo da região, então decidiram encurtar essa logística e executar esse serviço em Uruaçu para região Serra da Mesa.

Dra. Aparecida Rodrigues - COSEMS pediu a confirmação se foi seguido o fluxo e se passou pela área técnica para verificar o percentual, a fim de ficar bem definidos na resolução para evitar problemas futuros, visto ser por abrangência.

Dr. Ricardo Nunes – GPI respondeu positivo, tratando-se de abrangência e que foi alinhado com a equipe da área técnica.

2.4 – Revisão das pactuações intermunicipais de Barro Alto, Inaciolândia, Santa Terezinha de Goiás e Santo Antônio da Barra, com efeitos a partir da competência julho/2021, parcela 8 (oito). (GPI/SGI)

Dr. Ricardo Nunes – GPI informou ser essas as revisões que os municípios realizam a cada 03 meses. Fez uma projeção dos valores através da apresentação do relatório de remanejamento. O município de Barro Alto fez a proposta e foi feito o resumo para compreensão de todos. O município fez alteração na parte Ambulatorial e hospitalar. O município de Inaciolândia também realizou as alterações na parte Ambulatorial e hospitalar assim como os municípios de Santa Terezinha de Goiás e Santo Antônio da Barra.

Dra. Verônica – COSEMS item pactuado pelo COSEMS.

Dr. Ricardo Nunes – GPI item pactuado.

2.5 – Trata-se da alteração de pactuação por REFERÊNCIA do município de Mineiros com os municípios de Portelândia, Santa Rita do Araguaia e Perolândia. Retirar toda a pactuação por referência destes municípios (não ficará nenhum procedimento por referência pactuado em Mineiros). (SMS Mineiros)

Dra. Rosângela – SMS Mineiros informou que não conseguia enxergar os recursos do município de Perolândia junto ao município de Mineiros. Já havia acordado com a secretária de saúde do município de Perolândia a pactuação com o município de Mineiros para continuar o atendimento assim como no ano de 2020. Como a revisão seria realizada a cada 03 meses, o município de Perolândia não conseguiu fazer em tempo hábil essa revisão. Informou que na mudança político-administrativa, o prefeito solicitou o encerramento dessa pactuação. Seria uma relação onde o prefeito entende que seria dispendiosa ao município. Gostaria de fazer um registro na reunião que o município de Mineiros gostaria de devolver os recursos do teto MAC aos 03 municípios. A justificativa apresentada pelo prefeito seria que os serviços ofertados, existem filas do próprio município de Mineiros para esses serviços, ficando difícil a oferta desses serviços aos outros municípios. Os serviços de abrangências continuam abertos e atendendo através da Upa. Realizar as cirurgias eletivas no Hospital Padre Tiago. Perguntou se a mudança de base ficaria para o outro trimestre em função da não apresentação dentro do prazo.

Dr. Ricardo Nunes – GPI explicou que com relação ao período de revisão, esta seria



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

pactuada a cada 03 meses. Mas havendo necessidade e autorizado em CIB, essa revisão poderá ocorrer em um prazo diferente

Dra. Rosângela – SMS Mineiros informou que se houver autorização em CIB, ocorrerá a devolução ao município de Portelândia o valor de R\$ 31.910,00, para Santa Rita Do Araguaia o valor de R\$ 51.843,00. Consultas de especialidades o valor de R\$ 2.268,00 também a Portelândia. Disse que por não enxergar o recurso de Perolândia no município de Mineiros, a devolução não seria possível.

Dra. Aparecida Rodrigues - COSEMS lembrou que o município de Mineiros manifesta a sua intenção de devolução do dinheiro, mas cada um desses municípios envolvidos devem entrar na sua base da PPI e pactuar ou programar para ele próprio esse recurso. Esclareceu que esses três municípios envolvidos têm que entrar na base e alterar a pactuação, retirar de Mineiros e enviar para quem possa atendê-los, isso antes da data da próxima reunião, caso o grupo estejam de acordo.

Dr. Carlos Alberto Gonçalves Batista - SMS Santa Rita do Araguaia perguntou como ficará a situação desse dinheiro, visto que Mineiros cortou o convênio e sua pactuação com eles, informando ainda que não foram avisados pelo prefeito que não determinou prazo, dispensando a paciente que estava em Mineiros e que não iam mais atendê-la. Reforçou sua dúvida de como ficará a devolução desse dinheiro, visto que fizeram um convênio com um hospital particular de Mineiros, acreditando que esse dinheiro talvez pagaria esse convênio, principalmente no caso de gestantes como essa que Mineiros não atendeu, sendo que o dinheiro do convênio está neste município. Questionou se devolverão esse dinheiro ou se Mineiros terá que atender até terminar esse dinheiro aplicado neste município. Comunicou que só falam de Perolândia, mas citou o município de Santa Rita que por não ter hospital, nem laboratório e outros, tudo dependem do município de Mineiros e assim, relatou está difícil para seu município e gostaria de uma direção, pois disse que está com o dinheiro parado em Mineiros, gastando outros recursos, assim precisava que esse dinheiro fosse devolvido para seu município, não sabendo como procede essa devolução porque seus pacientes não estão sendo atendidos em Mineiros e acha essa situação complicada.

Dra. Rosângela – SMS Mineiros justificou que pelo que foi mencionado devem fazer a devolução e pactuação, solicitou que o Dr. Carlos entrasse na base de dados para que os recursos a partir desse próximo semestre vá para Santa Rita, considerando que o recurso deste município é de R\$ 51.000 (cinquenta e um mil), recebendo Santa Rita a metade disto, pois a metade já caiu em Mineiros. Falou que 2021 o que já fizeram de autorização deu o valor de R\$ 32.000 (trinta e dois mil) que conseguiu enxergar, no entanto não conseguiu enxergar o gasto de Perolândia, desses municípios, de situação de atendimento micro que não computa. Continuou dizendo Mineiros já atendeu de pacientes referenciados, Mineiros já atendeu e reforçou que não dará prejuízo para nenhum município. Sugeriu que devem sentar para acertar esses detalhes e acrescentou que passa se o município achar que foi lesado nesse decorrer do ano, colocando que o maior prejuízo é a impossibilidade de seguir o acordo que tinham antes. Falou que o financeiro pode resolver e explicou se o município de Santa Rita fizer a mudança, não terá esse prejuízo financeiro, recebendo o município de Santa Rita a metade do seu Teto que pôs em Mineiros ainda em 2021. Mencionou que qualquer paciente de gravidade que der entrada na UPA que não regularam para frente, o município de Santa Rita pode ligar, pois está errado neste caso, mas alertou se for um paciente que saiu da urgência para ter uma contrareferência para Santa Rita, disse que não é problema e se for um caso celetista para depois ser regulado, explicando que nenhuma gestante que não possa ser contrareferenciada não vai voltar e isso já foi bastante discutido. Falou que desde o primeiro

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

momento de janeiro foi avisado ao município de Santa Rita para colocarem o prefeito deste município para negociar com o prefeito de Mineiros, mas tirando sua contrariedade com esse assunto.

Dr. Carlos Alberto Gonçalves Batista - SMS Santa Rita do Araguaia disse que não recebeu nenhum documento de Mineiros, só verbalmente e que acreditou que teria um prazo para deixar de atender Santa Rita, assim começaram a usar os serviços no Alto Araguaia, só que este município teve problemas com sua pactuação com Rondonópolis, assim disse que teve gestante que foi em Mineiros e não conseguiu atendimento e levaram para Goiânia, achando desagradável esta situação. Ressaltou que Mineiros podia ter atendido a gestante e depois cobrado de Santa Rita o atendimento, visto que estava mais próximo do seu município. Reconheceu que já passou e queria saber como fazer daqui para frente, alegando que tem regulação com Mineiros, tirando de Goiânia e passando para Mineiros, Jataí e Trindade, mas que nunca saiu a regulação para Mineiros. Destacou que uma criança precisou fazer um raio-X de dedo e tiveram que mandá-la pra o HURSO, achando isso desproporcional e pediu apoio para reverem essa situação, pois acabam tendo mais gastos do que pagando particular.

Dra. Rosângela – SMS Mineiros disse que esse assunto é de gestão, é interno, onde Santa Rita tem de fazer esse trâmite político, ressaltando que passou pelas mesmas dificuldades em Mineiros por longos anos na UPA, um serviço de urgência e não tinham serviço de retaguarda, sofrendo com isso, destacando que isso é a realidade das regiões que tem dificuldade de acesso. Falou que tinha hospital de urgência em Jataí que não conseguia atender a demanda de Mineiros, nem parto atendiam, considerando o parto a maior emergência que tem no município. Comunicou que para o município que nasce quase 100 bebês por mês, acha uma situação complexa, assim acha que deverão construir em conjunto essa retaguarda que Santa Rita precisa com o prefeito de Mineiros, junto com Jataí, no HC que agora está estadualizado que é a referência na região.

Dra. Aparecida Rodrigues – COSEMS fez um encaminhamento e pediu para marcar uma reunião com a Dra. Rosângela e os envolvidos, porque faz um levantamento no valor de cada um pactuado, aproveita e já verifica a parte de Perolândia. Disse que a sugestão já que não consegue atender mais e tentar via Jataí e se o Ricardo puder participar no dia marcarão a reunião com os três municípios envolvidos, o COSEMS como apoio e a SES com o levantamento de produção para poder esclarecer a dúvida do município de Santa Rita para resolver e esclarece para todos antes do dia da alteração.

Dr. Ricardo Nunes – GPI pontuou que essa pauta não será encaminhada para a pauta da CIB.

Dra. Rosângela – SMS Mineiros colocou que atrasa em 03 meses o recurso.

Dra. Aparecida Rodrigues – COSEMS esclareceu que seria esse mês, não iria para essa pauta do mês de junho e sim para próxima pauta.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS pontuou que da parte do COSEMS esperam que resolva o quanto antes para que tenha menos prejuízo e se faça a devolução e fazendo a reunião agiliza.

Dr. Ricardo Nunes – GPI pontuou que verificara com a SAIS em relação a oferta.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS colocou que a dra. Verônica também participará.

Dr. Ricardo Nunes – GPI pediu para mandar o convite para Danielle Jaques.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Aparecida Rodrigues – COSEMS disse que fará o mais rápido possível para que o assunto passe na próxima CIB.

Dr. Ricardo Nunes – GPI perguntou se havia mais alguma dúvida em relação ao item, se não, queria agradecer a participação de todos neste espaço que é um espaço muito importante com a participação dos municípios, estado e apoios das regiões. Disse que estava sempre a disposição para apoiar tecnicamente aos municípios e gestores. Agradeceu a presença da Dra. Cristina estava representando o Ministério da Saúde.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS colocou que a Dra. Verônica teve que sair para dar um entrevista e da parte do COSEMS agradecia a participação de todos e acha que cada vez mais precisam fortalecer o espaço e ampliar a participação de técnicos e gestores e mais uma vez agradecer a participação de todos, lembrando que a tarde seria a reunião da assembleia do COSEMS.

Dra. Cristina Paragô Musmanno – Ministério da Saúde agradeceu a oportunidade de participar deste momento como ator do território. Falou que sabe que o COSEMS e SES os reconhecem como um importante apoio para que possam fortalecer a gestão e governança do SUS em Goiás. Falou que Goiás entra com uma experiência muito exitosa, pontuando que teria participado do GT da CIT e Goiás foi mencionado que essas angústias de fazer um trabalho ascendente tem sido fundamental até para discussões em Brasília. Expressou que ficava muito feliz que seria trabalhoso, difícil, mas estava fazendo algo estruturante que ao longo de todo o processo neste primeiro ciclo do PRI depois retornaria e aprenderia com os erros para se aprimorar ainda mais, que seria uma honra.

Dr. Ricardo agradeceu e encerrou a reunião.